



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
LUCIANO MOREIRA
VASCONCELLOS



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Luciano Moreira Vasconcellos nasce em Cachoeiro do Itapemirim – Espírito Santo, em 10/10/1953, filho de Hélio Gualberto Vasconcellos e Nilda Persici Moreira Vasconcellos. Conclui o curso de Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo, em 1977, e passa a ocupar diversos cargos, tais como: advogado no Estado do Espírito Santo, de 28/12/1977 a 29/06/1978; procurador do município de Vitória-ES, de 31/08/1989 a 10/10/1991; conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) e membro, na classe jurista, do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES). Após ser aprovado em 4º lugar no XVII Concurso para magistratura do DF, em 11/10/1991, é nomeado juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Em 23/8/1994, é promovido a juiz de Direito do TJDFT. No ano de 1994, é designado para o cargo de juiz Diretor do Fórum de

Taguatinga. Atua como coordenador do Juizado Informal de Pequenas Causas em Taguatinga e, no ano de 2010, é designado para ocupar o cargo de juiz Diretor do Fórum de Brasília. Ocupa também o cargo de diretor de Comunicação Social da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios – AMAGIS/DF. Também atua como membro do Projus e Máster do Infojud no primeiro grau; da 2º Turma Recursal, como juiz convocado, com exercício em todas as Turmas Cíveis e Criminais. De abril de 2010 a março de 2011, é juiz da 8ª Zona Eleitoral do DF, sendo também presidente e ouvidor da Comissão de Apuração das Eleições de 2010. No dia 25/3/2011, é nomeado para o cargo de desembargador do TJDFT, do qual se aposenta em 07/01/2015. Como professor, leciona na Sociedade Educacional do Espírito Santo (SEDES); no curso de Direito do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo; no curso de Direito do UniCEUB/DF; bem como no Centro de Atualização Profissional da Escola Superior de Advocacia da OAB/DF; na Escola Superior da Magistratura da Associação dos Magistrados do Distrito Fede-

ral e Territórios (AMAGIS-DF); nas Faculdades Integradas do Planalto Central (FIPLAC) e, também, no Instituto dos Magistrados do Distrito Federal (IMAG-DF). Durante o exercício da magistratura, é agraciado com títulos honoríficos, tais como a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau de Comendador, em abril de 2001, e a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau de Grão Colar, em março de 2011.

Desembargador Antoninho Lopes

A primeira pergunta é: o que o levou à magistratura?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu sou – alguns conhecem – filho de magistrado. Meu pai é magistrado no Espírito Santo, aposentado e tenho um tio magistrado também. Então havia alguma ligação. Quando eu fiz faculdade e me formei, a ideia era fazer a magistratura, mas eu não pude fazer a magistratura no Espírito Santo, porque eu me formei aos 24 anos e o estado só permitia que se fizesse (o concurso) aos 28 anos, tinha de esperar. Quando eu fiz 28 anos, eu já era procurador do município de Vitória-ES, já dava aulas na Universidade Federal do Espírito Santo, já tinha um escritório aberto e, financeiramente, não valia a pena, então eu fiquei muito em dúvida. Também já estava casado e não queria morar no interior, porque já havia feito toda a vida de interior. Então eu fiquei levando aquilo um tempo. E, alguns anos antes de fazer (o concurso) aqui, eu fiz lá. Inscrevi-me em um dia e desisti no dia seguinte, de novo, pois meu pai pediu que eu não fizesse, pois era o Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e não queria que pesasse uma suspeita sobre o concurso, ainda que ele se afastasse, então eu desisti. Em 1991, essa era uma ideia que estava incipiente, eu estava separado, havia me casado de

novo, e o Delano¹, que veio aqui conosco, disse assim: “Vamos fazer concurso conosco no Distrito Federal?” E eu disse: “Vamos”. Outra, que também fez e depois chegou a ser procuradora-geral, Catarina, também me disse: “Vamos fazer lá?” Eu estava na Prefeitura de Vitória – ES, e comecei a pensar em fazer, considerei muito e o que me levou também a fazer foi o fato de que aqui (no DF) não havia interior e eu não queria voltar para o interior. E tinha uma coisa que outro dia falávamos na Turma, meu pai entrou para a magistratura muito cedo, em 1956, ele tinha 28 anos de idade e saiu aos 70 anos, em 1978, e nós passamos alguns períodos sem receber. Houve um período em que ficamos seis meses sem receber. Isso não é vergonha, mas, quando morávamos em Colatina-ES, nós ficávamos sem ter dinheiro para o jantar, que era só um prato de sopa. Durante algum tempo, as roupas que nós tínhamos eram roupas de primos, porque não dava para comprar roupa. Nós estudávamos em colégio público, morávamos em casa. Anteriormente a isso, em Guaçuí – ES, também ficamos uns oito meses e só se pagava conta porque o contador trocava o cheque dele e quando pagava, devolvia. Então, a situação financeira também me levou a fazer no Distrito Federal. Tinha até um que hoje é desembargador federal que me disse: “Luciano, faça lá, pois há a garantia do cofre e do cofre você vai ter certeza”. Essa situação me preocupava, porque eu já era advogado, meu pai era desembargador e umas duas vezes eu emprestei dinheiro para o meu pai porque, mesmo sendo desembargador, o dinheiro não estava dando. Eu queria a magistratura, mas

1 Juiz Delano Santos Câmara, ingressou na magistratura do Distrito Federal em 1991, por meio do XVII Concurso para magistratura do DF.

não queria a magistratura do Espírito Santo, pois tinha interior e eu tinha medo dos cofres de lá. Não queria mais passar aquelas aflições que eu passei quando menino. Então, basicamente, era aquela ideia da magistratura que sempre esteve presente desde que eu saí da faculdade. Eu queria a magistratura, mas não queria passar aquelas aflições que meu pai passara. Então essa foi a ideia da magistratura do Distrito Federal. Eu tenho um primo, o Guilherme, que está aqui. O pai dele é irmão do meu pai e eu não chegaria a um lugar completamente abandonado, desassistido. Eu sabia das condições, tinha um amigo que era juiz federal e me disse que eu teria todas as condições de trabalho. E uma coisa que sempre me agradou muito e que sempre falei foi que eu passei 23 anos aqui sem ter sofrido nenhuma tentativa de pressão. Então, essa sempre foi a magistratura que eu quis: moral, isenta, ética, essa era uma questão que me preocupava muito também. Nesses tempos de trabalho no Espírito Santo, meu pai sempre fez isso. Nós sabíamos, de vez em quando, que determinado juiz que não era amigo de alguém não conseguia remoção, ficava e eu não queria passar por nada disso. Então, se vocês me perguntarem o que me fez vir para o DF, foi a certeza da excelência da magistratura do DF. Foi isso que me fez vir.

Desembargador Antoninho Lopes

O desembargador Luciano é da turma seguinte à minha, de 1991. Depois dessa explanação bonita acerca

da nossa magistratura, não houve decepção com a magistratura do Distrito Federal, então?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Nunca. Eu saio da magistratura do DF, como todos sabem, por essa ligação muito forte com meu pai. É algo que estava postergando um pouco, mas ele está com 85 anos, em um processo avançado de Alzheimer e com dificuldades de locomoção. Hoje ele pouco fala, pouco conversa, mas sente muito. Nós nos falamos, nesses 23 anos que estou aqui, todos os domingos, hoje já fala menos, mas uma coisa ele nunca deixou de me perguntar: “Meu filho, quando você vem aqui?” Ele pergunta todo domingo. Agradeço muito a Deus por essa possibilidade de acompanhá-lo. Outro dia, conversando com a desembargadora Carmelita, que me perguntou: “Luciano, o que você vai fazer por ele?”, eu falei: “Muito pouco.” Ele conversa e fala muito pouco, mas vou ficar perto – domingo passado eu estive lá. Vou ficar perto quando ele estiver comendo. Essas coisas assim... Quando eu almoço na casa dele, eu corto as balinhas de chocolate que ele come. Essas coisas assim.

Você me pergunta: “Teve decepção?” Não. Eu saio da magistratura do Distrito Federal satisfeito por estar aqui. Um pouco triste, porque, se pudesse, ficaria mais, mas agradecido a Deus porque, se eu posso estar por lá, é a hora de estar lá. Eu não tenho absolutamente nenhum caso na magistratura do Distrito Federal que possa lhes contar em que eu tenha sido discriminado, ou que tenha ficado uma mágoa. Nenhum.

Desembargador Antoninho Lopes

Ficou faltando registrar

essa história da aposentadoria precoce que é para janeiro. É isso?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Estou me aposentando agora, dia 7 de janeiro. Alguns conhecem que eu sou do Espírito Santo.

Desembargador Antoninho Lopes

Cachoeiro de Itapemirim?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu nasci em Cachoeiro de Itapemirim, mas como meu pai era juiz, eu praticamente morei no estado todo. Morei em Inhúna, que é sul do estado. Morei em Vila do Itapemirim, em Guaçuí, depois em Colatina, em Vila Velha. Depois fui para Vitória e lá estava há algum tempo. Sempre tive uma ligação muito forte com meu pai porque, por causa da minha deficiência física, eu sempre fiquei muito em casa e nós conversávamos muito. Depois eu fiz faculdade em Vitória. Havia três faculdades no Espírito Santo: uma em Cachoeiro de Itapemirim, uma em Colatina e uma em Vitória que era a Federal do Espírito Santo e fui aluno dele na faculdade. Ele fazia as provas para mim, mas dava a outro professor para corrigir, não era ele quem corrigia minha prova. Conversávamos muito. E depois comecei a dar aulas na faculdade muito cedo, aos 25 anos, e fomos o primeiro caso em que pai e filho deram aulas na faculdade ao mesmo tempo. Sempre tivemos essa ligação muito forte e, de alguns anos para cá, ele está com o Mal de Alzheimer e o médico disse, faz uns três anos, que achava que ele não conseguiria chegar mais do que cinco anos para perder a lucidez e a locomoção e isso me levou a imaginar que estava na hora de voltar para casa. Por ele, para acompanhar minha mãe a ajudá-lo. Os irmãos confiam e esperam muito que eu volte. Eles acham que eu posso ponderar e ajudar naquelas

pequenas desavenças entre irmãos nas quais normalmente eu sou ouvido. Obviamente, lá na frente, sobre o inventário eles me dizem: “Se você cuidar do inventário, ninguém briga, mas se não for você, não sabemos como vai ficar.” Eu tenho no Espírito Santo dois netos e vocês sabem como eu gosto dos netos. Tudo isso é que me leva nesse instante a voltar para casa, mas aqui continua sendo minha casa. Eu terei duas casas: uma lá e uma aqui. Mas essa decisão da aposentadoria, em última análise, foi nessa perspectiva. Eu me assustei um pouco quando, antes da Copa do Mundo, minha irmã me telefonou e disse que meu pai tinha passado mal. Eu pensei: se ele morre em um dia que eu sequer consiga chegar a vê-lo? Então, a ideia da aposentadoria agora é para poder ficar com ele. Alguém me perguntou, e não acho que a pessoa tenha perguntado isso por maldade, “Luciano, e se você se aposenta e, no dia seguinte, seu pai morrer?” Eu respondi: “Estarei tranquilo, porque eu fiz o que tinha de fazer”. Se ele morrer depois que eu chegar, estarei absolutamente tranquilo. Deus não tem obrigação de deixá-lo vivo enquanto eu determinar. Então, a ideia da aposentadoria veio crescendo basicamente por isso.

Desembargador Antoninho Lopes

Mudando um pouco, para dar ritmo, conte-nos um pouco da vida de magistrado: o primeiro lugar de trabalho, o vitaliciamento...

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu tenho duas circunstâncias da magistratura. Em 1991², nós éramos uma turma grande, de 21 juízes. Não

2 XVII Concurso da Magistratura do TJDF, realizado entre novembro de 1990 e setembro de 1991 – 21 candidatos aprovados.

deve ser a maior, mas era uma turma muito grande. Eu fui o 4º colocado. E tinha uma situação curiosa: o primeiro colocado daquela turma foi Benito Augusto Tiezzi³, que era juiz aposentado, o segundo foi Waldemir Pinheiro Banja, que era juiz aposentado, o terceiro foi Delano Santos Câmara, que era juiz aposentado, o quarto fui eu e o quinto, José de Aquino Perpétuo, que era juiz aposentado. Então eu passei no “sanduíche” no meio de alguns juízes. Acho até que era um pouco da experiência com meu pai, que era juiz, e da visão que eles tinham me ajudou na hora de fazer a prova. Eu nunca tinha feito Penal e naquela época a designação era feita pelo Cleton⁴, e também eu não tinha a menor ideia de como funcionava o Distrito Federal. Eu cheguei e ele me perguntou: “Para onde o senhor quer ir?” Eu disse: “Se o senhor me mandar para uma Vara Cível, está ótimo!” E ele disse: “Então você está muito bem. Vou te mandar para a 8ª Vara Cível”. Eu fui trabalhar lá. Era Sérgio Bittencourt⁵, o titular, Vera Andrighi⁶, era a primeira auxiliar e eu era o segundo. Curiosamente, anos depois, nós repetimos esse quórum no Tribunal: Sérgio relatando,

3 Juiz de Direito aposentado.

4 Cleton Cardoso, secretário de Protocolo Administrativo, serviço responsável pela publicação das portarias de lotação de servidores e magistrados.

5 Sérgio Bittencourt, então juiz de Direito da 8ª Vara Cível de Brasília. Desembargador entre 1998 e 2014, ano de sua aposentadoria.

6 Vera Lúcia Andrighi, então juíza de Direito Substituta. Promovida por antiguidade a desembargadora em 02/02/2004.

Vera Andrighi revisando e eu, o vogal na 4ª Turma Cível. E eu digo que a minha primeira sorte de magistratura foi ter trabalhado com o Sérgio, que todos nós conhecemos, é um homem íntegro e que teve um cuidado, uma gentileza comigo, que tornou extremamente fácil entrar na magistratura. Ele me dizia: “Você é juiz como eu, mas eu faria assim...” Nunca me disse: “Faça assim”. Sem dizer se estava certo ou errado, sempre como conselho de irmão mais velho. Foi uma bênção ter começado com o Sérgio Bittencourt. Eu fiquei dois anos para ser titularizado e sempre baseado na 8ª Vara Cível. Faltava alguém em algum lugar, eu ia, mas voltava para a 8ª Vara Cível. Eu dizia que me sentia um pouco juiz de lá. Então eu fui titularizado e fui para a 2ª Vara Cível de Taguatinga e quem tinha saído de lá era a Haydevalda⁷, que veio para cá. Fiquei dois anos e pouco e vim para ser titularizado na 16ª Vara Cível aqui de Brasília, na qual fiquei dez anos. Quando comecei a ser convocado para o Tribunal, ficou difícil, como vocês sabem, com uma Vara Cível para tomar conta. Eu sempre fui muito preocupado com a vara. Quase nunca terminei o mês com excesso. Sempre fechei o mês como juiz. Então, eu mudei para a 7ª Vara de Família, mas nunca fui praticamente juiz de Família, a desembargadora Carmelita foi muito mais do que eu, porque, assim que eu fui ser juiz da 7ª Vara de Família, comecei a ser convocado e depois fui para o Tribunal Regional Eleitoral. Então, fui muito pouco juiz de Família. Fui efetivamente juiz dois anos em Taguatinga e uns oito anos, quase nove, titular da 16ª Vara Cível de Brasília. Da convocação, há uma curiosidade, fui

7 Haydevalda Aparecida Sampaio, então juíza de Direito. Desembargadora entre 1999 e 2009, ano de sua aposentadoria.

convocado para todas as Turmas Cíveis e Criminais. Na época, eram duas Criminais e as Cíveis. Mas também me aconteceu uma coisa – eu sempre digo que Deus esteve sempre presente, tomando conta – aqui sempre fiquei na 5ª Turma Cível. Eu rodava de um lugar para o outro, mas caía sempre na 5ª Turma Cível que nós conhecemos, com a Haydevalda, com o Romeu⁸, com o Dácio⁹. Não havia pessoas mais gentis, impossível de haver. Eu brincava que eu era o quinto desembargador da 5ª Turma Cível, antes de ter o juiz. E quando eu fui promovido, fiquei um mês na 2ª Turma Criminal com o Silvânio¹⁰, que é uma pessoa de quem gosto muito, que queria que eu ficasse, mas eu disse a ele: “Eu gosto demais de você, mas não ao ponto de ficar em uma Turma Criminal.” Eu fui removido para a 5ª Turma Cível, na qual estou até hoje. Também fui juiz Eleitoral em Ceilândia, estive no Tribunal Regional Eleitoral e também em Turmas Recursais, fiquei três anos em Turmas Recursais.

Desembargador Antoninho Lopes

Todos nós passamos pelas Turmas Recursais, que são uma grande experiência.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

O juiz que pode passar pela Turma Recursal (e) quando chega ao Tribunal está mais preparado.

Desembargador Antoninho Lopes

É um laboratório.

-
- 8 Romeu Gonzaga Neiva, desembargador desde 1998.
 - 9 Dácio Vieira, desembargador entre 1994 e 2014, ano de sua aposentadoria.
 - 10 Silvânio Barbosa dos Santos, desembargador desde 2008.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Algumas pessoas chegavam a brincar dizendo que nós éramos “desembargadores-mirins”, pois estávamos fazendo um estágio. (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

Nós tínhamos primeiro a 1ª Turma e depois nós insistimos com o desembargador Nívio Gonçalves para instalar a 2ª Turma.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Nós instalamos. Éramos eu, Benito¹¹ e o Egmont¹².

Desembargador Antoninho Lopes

Egmont era presidente da 1ª Turma, ou da única Turma e ele resolveu instalar a 2ª Turma.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Na verdade ficamos eu, o (desembargador) João Egmont e o (juiz) Benito, pois Egmont era do concurso anterior ao meu.

Desembargador Antoninho Lopes

Sim, do concurso de 1990.

Desembargadora Carmelita Brasil

E já se foi muito tempo.

-
- 11 Juiz Benito Augusto Tiezzi ingressou na magistratura do Distrito Federal em 11/10/1991 – XVII Concurso.
 - 12 Desembargador João Egmont Leôncio Lopes, promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador do TJDF, com posse e exercício em 9/7/2010.

Desembargador Antoninho Lopes

De uns tempos para cá, eu acompanhei seu trabalho na 5ª Turma Cível, já faz três anos e meio. É muito tempo.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Nós lembramos que, antes olhávamos para os desembargadores e era algo tão distante, tão esquisito... (risos) Nós não contávamos com isso. Às vezes eu penso: será que os substitutos têm a mesma visão dos desembargadores que eu tinha deles? Aquele homem velho? (risos) Eu não me sinto assim! Achávamos que eram dinossauros que estavam lá em cima. Será que eu sou esse dinossauro? (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

Mas havia pessoas mais velhas quando nós começamos, não?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Acho que era a nossa falta de visão de Tribunal que nós não tínhamos. O Tribunal era muito longe de nós, não nos dizia nada.

Desembargador Antoninho Lopes

Principalmente das cidades satélites. Eu sempre admirei muito o Tribunal. Achava que as pessoas aqui sabiam tudo!

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu confesso a vocês, não sei se por causa dessa origem, eu sempre tive pelo Poder Judiciário essa vontade.

E sempre tive

também pelo Tribunal essa espécie de reverência, porque eu via meu pai fazendo isso e nós sempre trocávamos ideias. Quando ele foi presidente, me pedia e, todo final de tarde, eu ia ao gabinete dele para conversar. Então eu também vivia muito com meu pai esse clima de Tribunal. Aprendi muitas coisas com ele. Por exemplo: o Tribunal dele era menor. Eram 15 (quinze) desembargadores e ele nunca levou ao Tribunal Pleno um assunto que já não tivesse decidido antes. Ele conversava com todos os desembargadores antes, trocava ideia, chegava à conclusão do que deveria ser e já sabia para onde iria, mesmo que não fosse unanimidade. Eu hoje acho que alguns juízes perdem uma oportunidade de terem essa troca de experiências, de percepção do que nós fazemos.

Desembargador Antoninho Lopes

É bem verdade que a nossa magistratura cresceu muito. Quando nós chegamos aqui, 23, 24 anos atrás, ela era pequena. O Tribunal tinha 15 (quinze) desembargadores e os processos vinham, nós recebíamos cópias dos acórdãos para sabermos como havia ido, gostávamos mais de umas decisões que de outras... juiz nenhum gosta que sua decisão seja mudada... (risos)

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu não sei vocês, mas eu, quando juiz, não me importava muito quando era reformada (a decisão), pois sabia que era a circunstância, mas, quando era cassada, nós ficávamos coçando a cabeça... (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

Eu perguntava ao desembargador Edmundo Minervino: “Por que é sempre unânime essa cassação?” (risos)

Desembargadora Carmelita Brasil

Eu tenho uma história muito interessante a respeito dessa aparente frustração que dá ao juiz quando vê que o Tribunal reformou sua decisão. Certa feita, na 3ª Vara Cível, eu era substituta, dei uma decisão e lendo as razões do recurso, eu me convenci do erro dessa sentença e nunca, durante toda a minha vida, gostei tanto que houvesse o duplo grau de jurisdição, pois pensei: “O Tribunal consertará o meu erro”. Passado algum tempo, como disse o desembargador Antoninho Lopes, naquela época nós recebíamos cópia dos acórdãos que analisavam as nossas sentenças, eu recebi um acórdão confirmando a unanimidade da sentença. Então, eu estava extremamente preocupada e aborrecida aquele dia por conta disso e a nossa saudosa amiga desembargadora Maria Beatriz Feteira Gonçalves Parrilha me procurou aborrecidíssima porque ela, ao contrário, tinha certeza do acerto na sentença e a sentença dela havia sido reformada. É preferível que o débito quanto ao erro Judiciário fique com o colega do 2º Grau, do que comigo, que vou carregar a vida toda – e isso já deve ter quase 20 anos – essa insatisfação de ter cometido um erro judiciário.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu tenho uma experiência parecida com a sua. Eu assumi a 16ª Vara Cível, foi o primeiro titular, ela havia sido instalada há alguns meses. O juiz Jorge Riera ficou lá como substituto. Ela foi instalada em agosto e eu vi em dezembro. Havia um processo que era conhecido, o Processo n. 1, e eu o sentenciei, entreguei em cartório e, quando à noite, pensei: “Errei a sentença” e fiquei

tranquilo, pensei: “Vão apelar, vão reformar e eu vou ficar tranqüilo.” Mas o advogado não apelou e transitou em julgado e eu, com certeza absoluta de que estava errada aquela sentença, fiquei frustrado como você e carregou (isso) comigo até hoje. Nós queremos acertar, consertar aquilo, mas eu digo sempre aos advogados quando vêm conversar comigo: “Eu não erro porque eu gosto, se eu erro é porque não consegui acertar.” E a ideia é acertar. Se em algum instante eu percebi que errei, eu quero é que conserte isso. A ideia era acertar aquilo e eu fiquei tão frustrado porque o advogado não recorreu.

Desembargador Antoninho Lopes

Ele achou que estava certa. (risos)

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas desembargador Luciano, o senhor disse que foi para Taguatinga em Vara Cível e muitos colegas que passaram por lá contam situações absolutamente inusitadas naquele fórum improvisado, aquele galpão, o senhor chegou a usar?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Não, eu cheguei a Taguatinga no final de 1992, o fórum foi inaugurado neste mesmo ano, não foi?

Desembargador Antoninho Lopes

Foi inaugurado em agosto de 1991 e ele começou a funcionar no dia 11 de setembro de 1991.

Desembargadora Carmelita Brasil

Então o senhor não chegou a pegar os galpões?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu só tenho uma situação curiosa em Taguatinga para contar. Eu fui para lá por circunstância e depois fui diretor do fórum, quando o Bianchini¹³ se aposentou. Também fui coordenador de leilões, cuidava dos depósitos e era juiz daquele “Juizado Especial Informal”. Havia uma atividade muito grande em Taguatinga. O único caso curioso em Taguatinga de que me lembro, havia chegado lá há pouco: um dia fazendo audiência, começou a chover, vazou água e acabou a energia dos computadores, a luz no meio do depoimento de uma testemunha e não havia como continuar. Então pensei: “O que eu vou fazer?” Eu inventei e disse para ele: “Nós vamos parar aqui e continuamos amanhã. O senhor vai para casa e não vai conversar com ninguém sobre isso, o senhor está proibido!” (risos) Foi a única ideia que me ocorria, o que eu iria fazer? Eu espero que ele tenha feito isso. E essa foi a única situação diferente de que eu me lembro.

Desembargador Antoninho Lopes

Aquele fórum lindo, um shopping, mas chovia dentro, foi por isso que demorou a mudança. E a diretora do fórum era a desembargadora Haydevalda que veio embora.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Então passou a ser o Bianchini quando eu cheguei e depois eu fiquei.

13 Juiz de Direito Américo Pedro Bianchini ingressou na magistratura do Distrito Federal em 27/07/1989 – XV Concurso.

Desembargador Antoninho Lopes

Nada se resolvia: ninguém consertava, ninguém se mudava. Eu cheguei lá antes dele.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Tem uma coisa curiosa também nessa minha amizade com o desembargador Antoninho Lopes, parece que nós dois entendemos dessas coisas escritas, porque, quando eu fui para Taguatinga, o desembargador Antoninho estava na 1ª Vara Cível e eu na 2ª Vara Cível, eu passei a ser o substituto eventual dele e começamos a ter essa amizade, essa proximidade. Há até um caso engraçado: quando ele saiu de lá e veio para cá removido, houve uma homenagem a ele em uma churrasceria de Taguatinga e tinha um advogado, de quem já não me lembro o nome, que depois deixou uma barba grande e era careca, foi muito engraçado, ele virou para mim e disse: “É, Dr. Luciano, quer dizer que o Dr. Antoninho já não está entre nós”. E eu disse: “Ele morreu?” (risos). Depois, quando viemos para o Tribunal, eu e Antoninho começamos a ser convocados para cá, praticamente durante todo o período de convocação estávamos juntos em uma Turma ou outra, fazendo revisão, nós praticamente fizemos todo nosso período de convocação juntos e conversávamos muito. Uma época, na 1ª Turma Cível, quem presidia era o Natanael¹⁴, e ele saiu para jantar conosco e foi crescendo: as nossas mulheres ficaram amigas, passamos a viajar juntos, a almoçar sempre juntos e foi, curiosamente, desde lá de Taguatinga e depois, quase sempre nos encontrávamos.

14 Natanael Caetano Fernandes, desembargador entre 1990 a 2011.

Ora eu o revisava, ora ele me revisava; quase sempre, em todas as Turmas em que passávamos: na 1ª, na 5ª, nós passamos a trabalhar muito assim.

Desembargadora Carmelita Brasil

Quantos anos de convocação, desembargador Luciano?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu comecei a ser convocado em 2004 e cheguei aqui em 2011, seriam quase 8 anos de convocação...

Desembargador Antoninho Lopes

Eu fiquei quase nove anos.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

E nós não temos a percepção de que se passou tanto tempo assim. Eu não sei vocês, mas a mim parece que, comparando com hoje, o período de convocação dava para respirar mais, porque parávamos para assentar um pouco de processos, não era tão junto.

Desembargador Antoninho Lopes

Depois o Tribunal foi estruturando as convocações, foi dando ao gabinete auxílio...

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Ah sim, quando eu fui juiz Eleitoral em Ceilândia, de 1998 a 2000, eu fiz as eleições de 1998 sem auxiliar na vara. As eleições foram no domingo e na segunda-feira depois do almoço tinha de ir para a vara, porque era assim.

Desembargador Antoninho Lopes

Era assim. O período de convocação para a Turma Recursal também era assim, não havia ninguém para ajudar.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Na Vara Cível, na qual eu estava era assim, eu estabeleci um método. Isso nós dois tínhamos de diferente: eu sempre fui muito pontual e ele não é; sempre fui organizado e ele não é... (risos) Nós sempre fomos um contraponto nisso. Então, eu sempre fui muito organizado: o que eu fazia em Vara Cível, quando eu voltava, eu estabelecia que às segundas, quartas e sextas, eu cuidaria dos processos da vara e às terças e quintas, eu cuidava dos processos do Tribunal. Sempre estabeleci assim.

Desembargador Antoninho Lopes

Eu não conseguia me organizar desse modo.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

E, quando eu era convocado aqui também, quando acabava a convocação, eu dizia para as diretoras de secretaria o dia e o horário que eu iria a cada vara para que os advogados não ficassem me esperando. Eu tive um processo de Câmara em que eu fiquei seis meses para julgar, porque eu ia, chegava lá com meu votinho e o desembargador, já aposentado, não levava o dele. Olhava para mim e dizia: "Olha, não trouxe". E eu ia embora. Na semana seguinte, ligava e dizia: "Não, vou levar". Foram seis meses assim, nessa peregrinação.

Desembargador Antoninho Lopes

A situação de juiz convocado nunca foi fácil. Era uma vida difícil, sem estrutura, e depois que se

chega ao Tribunal se descobre que aquilo era um desastre... (risos) Percebe-se: “Nossa, como é que eu sobrevivi a essas convocações?”

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu tinha alguns hábitos, não sei como vocês faziam, por exemplo, do agravo quem cuidava era eu. Eu achava mais fácil, porque quando se examinava efeito suspensivo, ativo, enfim, já pensava no voto. Então eu sempre cuidei dos agravos. Mas eu comecei, por exemplo, a preparar quem ia subir comigo para irem já fazendo votos, mas eu sempre fiz isso. Não consigo levar nada para a sessão se eu não tiver lido antes, até o embargo de declaração, mesmo aqueles padrões. O meu pessoal é muito bom, mas, de vez em quando, tem um que já passou e você fica se perguntando: “Esse sujeito só pode estar brincando comigo, porque faz sempre do mesmo jeito e, de repente, muda tudo!”

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas, desembargador Luciano, nessa jornada um pouco longa – mas não tão longa assim – algum processo, alguma ação diferente que tenha tirado o seu sono, ou até que o tenha feito rir da causa de pedir, da posição dos advogados, das partes?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Não me tirou o sono, desembargadora Carmelita. Eu estava recém-chegado, a primeira audiência que eu fiz, quando eu

cheguei o Sérgio Bittencourt me perguntou, “O quê você quer fazer?” E eu falei: “Sérgio, estou chegando agora, deixe-me ir dando mais sentenças”. E ele falou: “Tudo bem, Luciano. Quando você quiser, me diz, que você faz audiências”. E em um determinado dia, houve algum problema com o Sérgio (Bittencourt) e com a Vera (Lúcia Andrigui) e eu tive que fazer. E foi a melhor coisa do mundo, porque eu não me preparei e entrei para fazer, não fiquei nervoso e nem nada, tive que entrar e acabou. E nesse dia, eu fiz uma audiência que era de reintegração de posse de uma avó que queria que reintegrasse um terreno, não me lembro onde, deve ser aqui perto, de dois netos e era a audiência de justificação. Eu fiz a audiência e, quando acabou, a avó e os netos choravam e eu disse: “Olha, vou decidir e trago isso na segunda-feira”. Eu tinha acabado de chegar e isso foi em novembro. Estava (hospedado) no (Hotel) Saint Paul e não conseguia dormir. Só pensava naquilo: “O que eu vou fazer? Tirar dois netos? E se a avó estiver certa e se não estiver?” Quando eram cinco horas da manhã, eu não dormia. Rezei e disse: “Deus vai me ajudar. Eu vou decidir desse jeito. Certo ou errado terá o Tribunal para consertar. O que não posso fazer é ficar sem decidir”. Foi a primeira vez que eu fiquei realmente sem dormir. Depois eu fiquei uma semana em dezembro na sua vara (de justiça), desembargadora Carmelita, que seria a 1ª Vara de Família. Depois, que eu voltei, mandaram-me para Sobradinho e lá, fiz uma reintegração de posse, uma tolice, uma bobagem minha, que depois parei de fazer: nas minhas primeiras eu ouvia e decidia a liminar ali mesmo na hora. Depois eu parei com aquilo e dizia: “Eu trago amanhã”. Era melhor. Havia lá em Sobradinho, um guarda, e até uma moça que veio com o Camanho¹⁵, às 6h da tarde, me disse:

“Olha, doutor, esse guarda precisa ir embora, porque ele estuda”. E eu disse: “Tudo bem, pode ir”. E nós ouvimos o que tínhamos que ouvir e a parte final é que não estava bem, eu que tinha de ter terminado e parado por ali e dito: “Olha, amanhã estará a liminar”, mas eu resolvi decidir ali na hora. E eu sempre tive um hábito: sempre começo assim os meus acórdãos: “Correta a sentença” ou “Explico os motivos” e nas decisões “Defiro a liminar” e depois explico o porquê. Quando eu advogava, para mim era um inferno ter de saber se ganhou ou perdeu lendo até o final, então sempre colocava no início. Quando eu comecei a sentença com “Defiro a liminar”, que era contra uma requerida, ela abaixou a cabeça e começou a mexer em um pacote. A Nilva, que está com o Camanho, e era a secretária, me disse: “Doutor, ela vai atirar em nós” e eu tive a nítida impressão que ela iria fazer e disse: “Vai, e vai nos matar, mas não vamos ficar com medo. Vamos até o final”. E eu tive a nítida impressão de que o anjo da guarda dela havia conversado com o meu para saber o que valia a pena fazer, porque ela ficou de cabeça baixa mexendo no pacote e, pela expressão no rosto do advogado dela e da parte contrária, estavam todos apavorados, mas nós continuamos, deferi (a liminar) e ela levantou e foi embora. Mas, se o anjo da guarda não atuasse, eu tive a impressão de que ela pensava (em atirar no juiz). Outra vez, em Taguatinga, fui fazer uma inspeção, enquanto Ceilândia ainda pertencia à (Circunscrição Judiciária de) Taguatinga. Marquei o dia da inspeção e, na véspera, ligaram para o fórum dizendo que, se eu fosse (para o fórum) me matavam. Eu ainda estava com Vera, que vocês conhecem, estava trabalhando, porque ela trabalhava comigo, e ela perguntou: “O que você vai fazer?” Eu disse: “Agora eu vou, se eu não for, fico desmoralizado. Vou morrer, mas eu

vou!” Claro que não me mataram, não aconteceu nada. Mas essas circunstâncias, eu vou me lembrar porque foi o que aconteceu. Mas nunca me apavoraram demais não. Houve outro advogado aqui que uma vez eu decidi uma coisa qualquer. Daí um advogado da parte contrária me procurou e disse que outro advogado estava dizendo para o fórum inteiro que ia dar-me um murro na cara quando me encontrasse. Eu disse, “Eu vou até dizer como vai ser: ele vai me encontrar, eu sei que vou apanhar. Não vou poder correr. Ele vai me dar um soco e eu vou cair. Depois a gente ver. As pessoas vão dizer que é uma covardia. Eu vou mover um processo contra ele. Mas certamente eu vou apanhar, se eu não posso fugir”. Mas “morreu” por aí. A impressão que eu tinha é de que ele pretendia amedrontar-me com aquilo. Mas tirando essas duas ou três situações nesses vinte e três anos, nunca passou disso. Tive um caso curioso. Em Taguatinga também era juiz Distribuidor. Tinha uma senhora lá, que não consigo lembrar o nome, o primeiro processo caiu comigo e depois vários (dos processos que) caíram comigo (eram) dela; ela perdia todas. Não tinha jeito. Ela era uma feirante e não pagava as contas. Pois essa mulher ia até lá, perdia e, depois que perdeu quatro ou cinco processos comigo, disse: “Doutor, eu nunca ganhei nada com o senhor, mas o senhor me aconselha daqui para frente? Para eu não fazer nada de errado”. (risos) Diferente do que pudesse ser, eu aconselhei essa mulher durante muito tempo. Disse: “A senhora me entrega essas garrafas. Isso vai dar errado!” Ela: “Se o senhor está falando, eu vou entregar, porque senão cai com o senhor, que manda entregar mesmo” (risos). Houve outro (caso) em Taguatinga também que caíram vários. Tudo que caía estava enrolado. Eu me lembro que teve um advogado dele, que falou: “Doutor, ele fugiu de Taguatinga porque

disse que não aguentava mais o senhor aqui. Ele perdia tudo com o senhor” (risos). Contando essas, mas são poucas. Todos nós temos, não é? (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

É, temos. Mas, eu não tive assim nada pessoal, a não ser o fato dessas decisões em audiência, em que o advogado não ia embora, porque a cliente ficava esperando para bater nele lá fora. Nunca mais dei sentença em audiência. Então é por isso.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu tenho uma situação curiosa também. Eu sempre falei quando dava aula disso. Não tem para mim, em meu tempo de primeiro grau, testemunha pior do que senhoras aposentadas. Elas normalmente não têm o que fazer e aproveitavam aquele tempo para ficar conversando. Eu lembro-me de uma – e essa história eu sempre fiz, antes de começar audiência: “A gente vai conversar, a senhora vai olhar só para mim, não vai olhar para mais ninguém, o tempo todo. Sabe que não pode mentir e que veio aqui somente para falar a verdade”. Porque sabemos que a pessoa para mentir, se você a pede para olhar somente para você fica difícil ela mentir, pois ela precisa olhar para os lados. Então, eu convidei essa senhora, falei: “A senhora vai conversar só comigo, o tempo todo falando somente comigo e só olhando para mim!” Ela disse: “Doutor é tão fácil. O senhor é tão bonito.” (risos) Todo mundo sorriu, foi

uma vergonha tão grande. Eu pensei: “Com velhinhas você tem de ter cuidado, você vai devagar porque...” (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

Já começou a mentir, antes mesmo de [inaudível]... (risos)

Desembargadora Carmelita Brasil

Não diga isso. Nesse ponto ela estava certíssima. (risos)

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu tive outra. Eu me lembro dessa história também em Taguatinga. Nós vamos relembando e revivendo. Era uma audiência, eu não sei exatamente o que era. Eu ouvi uma mulher... Era uma invasão, ela tinha invadido. Era uma reintegração de posse também. Eu cheguei e perguntei a ela, que estava sendo ouvida: “A senhora vai conversar comigo, então, a senhora diga a verdade”. Ela disse: “Doutor, eu não minto, sou evangélica”. Eu falei: “Muito bem, se a senhora é evangélica, não minta, a senhora sabe que se contar uma mentira para mim, o diabo estará lhe esperando, não sabe? Sabe que o diabo está atrás da senhora. Então, não conte mentiras. A senhora invadiu?” (risos) Ela respondeu: “Invadi, doutor!” (risos) Mas ela quem deu a dica, ela quem disse “não minto”.

Isso me faz lembrar também em Taguatinga, uma vez Benito (Augusto Tiezzi), católico... Um dia ele estava ouvindo um testemunho e ele perguntou: “A senhora vai dizer a verdade?” Ela falou: “Eu não minto, sou evangélica!” Ele disse: “Eu sou católico e não minto também!” (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

Temos de entrevistar depois também Benito. Ele é uma figura enorme.

Desembargadora Carmelita Brasil

É verdade.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Aproveitem porque a última vez em que estive com ele, ele estava começando a ficar muito esquecido. Não deixe passar muito tempo não, que ele não lembrará, está ficando muito esquecido.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas, desembargador Luciano, o senhor disse, naquele processo que o fez perder uma noite de sono, que estava no Hotel Saint Paul. Quando o senhor veio para Brasília, não recebeu imóvel funcional?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Não. Eu vim e inicialmente morei durante alguns meses em hotéis. Em janeiro, quando Vera veio, nós alugamos um imóvel na Asa Norte, que curiosamente era até de José Wellintong,¹⁶ eu o conheci advogando. Morei lá três anos. Depois eu fui para a Asa Norte, morei um ano, aí foi que vagou (o apartamento funcional). Este apartamento funcional foi uma coisa curiosa. Um dia nós estávamos na casa do Cirino Mendes,¹⁷ que é do mesmo concurso e que depois faleceu, eu ouvi uma conversa lá, que havia

um apartamento funcional que daria... Então eu fiz um requerimento do apartamento funcional. Então eu descobri que o meu apartamento funcional havia sido entregue a uma diretora de secretaria, que por sua vez o alugava. O Tribunal foi fazer a verificação e concluiu que não foi entregue. Realmente, quando eu fui para lá – que é onde estou até hoje na [quadra] 308 Sul, um [apartamento] de dois quartos – para vocês terem uma ideia, a porta da cozinha, quando se colocou a mão, caiu. Aquelas persianas (do apartamento) eram feitas com capas de processo, porque ela alugava para moças em pensionato. Em 2006, (digo) 1996, é que eu recebi o apartamento funcional.

Desembargadora Carmelita Brasil

Então ficou mais de dois anos?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Não, eu fiquei cinco anos sem funcional.

Desembargadora Carmelita Brasil

O senhor disse no começo, respondendo a uma pergunta do Antoninho Lopes, que tinha certo receio de entrar na magistratura e passar pelas mesmas agruras que o seu pai passou: período sem receber, naquela época, vencimentos muito baixos, etc. Hoje, como o senhor vê, diante desse movimento que os colegas estão fazendo de forma até bastante ostensiva, esse achatamento dos nossos subsídios?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

(Desembargadora) Carmelita, eu vou dizer o seguinte: eu termino a caminhada para a magistratura, pensando que ela, sob esse aspecto financeiro, deu

16 José Wellington Medeiros de Araújo, desembargador do TJDF entre 1997 e 2004.

17 Juiz Luiz Antônio Cirino Mendes, ingressou na magistratura do Distrito Federal em 11/10/1991, após aprovação XVII Concurso para magistratura do DF.

certo para mim. Eu sempre fui muito organizado. Sempre gastei aquilo que podia. Por quê deu certo? Aquilo que eu sempre pensei ao entrar na magistratura e via no meu pai: não vou ficar rico e não vou ficar pobre. Sempre foi minha ideia de magistratura. Se eu quiser ficar rico, não tenho de ir para a magistratura. A magistratura é para que eu tenha um nível razoável de conforto. E hoje eu tenho. Consegui comprar um apartamento em Vitória – ES, que é confortável, eu troco de carro de três em três anos. Mas, diria para você o seguinte: passei aqui um período em que estava muito ruim, em que meu pai teve de me ajudar com dinheiro para eu poder pagar (as despesas). Naquela época, eu até pensei em sair. Acho que havia uns dez anos, mais ou menos, que eu estava por aqui, 2001 ou 2000... Hoje eu acho o seguinte, a expectativa que eu tenho de magistratura e para quaisquer juizes novos eu diria sempre o seguinte: eu acho que isso é assim, é igual à maré, sobe e desce, tem hora que está um pouco melhor, hora que está um pouco pior. Mas não é um lugar em que você possa pensar que você vai ter um dinheiro para você trocar de carro, para passear impunemente. Eu penso assim, está um pouquinho ruim? Está ruim um pouco, mas não se pode esperar que seja muito melhor não, porque o padrão parece-me que é isso, que temos de ter dignidade de trabalho, de vestimenta, moradia, mas que não é para sobrar. Não é isso da magistratura. Eu penso que todos nós lemos. Eu li um artigo uns dias atrás, de

Joaquim Falcão¹⁸, falando os magistrados antigos diferentes dos novos. Eu penso que nós, fazendo isso há um tempo, sabemos que hora vai ficar melhor, hora vai ficar pior. Mas para mim, por exemplo, seria inconcebível, mas respeito quem pensa o contrário, é inconcebível pensar em greve, é inconcebível o magistrado pensar em greve, eu não posso fazer greve. Não entra na minha cabeça que magistrado faça greve. Eu nunca fiz e, confesso a vocês, que nunca deixei que meus servidores que são gratificados (com função comissionada) fizessem greve também. Eu achava que nós tínhamos de resolver de outras maneiras. Mas eu não podia parar, nunca perdia uma audiência. Para mim, na minha cabeça, é inconcebível uma greve, não faz sentido uma greve, embora eu entenda todas as dificuldades financeiras e tal. Talvez por essa formação, como eu sempre aprendi em minha casa... Deus sempre fez comigo uma coisa: nunca faltou e nunca sobrou, foi sempre na medida certa. Então, hoje eu posso dizer para vocês o seguinte: é mais ou menos assim, na medida certa. Sobra um pouquinho, eu guardo, porque sempre lá em casa nós pensávamos assim, se não precisa gastar, não gastamos. Eu guardo. Se falta um pouquinho, eu tiro de onde está guardado e aí levamos nisso daí. Eu diria, acho justo quem faça, mas se você perguntar se algum dia eu acredito que tenhamos vencimentos tamanhos que não estejamos preocupados, eu penso que não, porque a ideia não pode ser essa. Se o sujeito quer correr o risco de ficar rico, eu me lembro que o Antoninho dizia que o advogado

18 Bacharel em Direito pela Puc-RJ. Doutor em Educação pela Université de Genève e Mestre pela *Harvard Law School*.

que vive atrás da grande causa... que nunca acontece... alguns ganham. Se o cara quer correr o risco de ficar rico, tem de ir para a advocacia. Nós vamos ficar aqui, jamais ficaremos pobres, jamais seremos tão ricos assim. Eu penso assim, é justo por mais que tudo que nós já passamos, têm períodos maiores, períodos mais apertados. A única coisa que eu não concordo definitivamente, e disse que jamais faria, seria a greve. Isso para mim é inconcebível. Eu como professor universitário também nunca fiz greve. Entendo quem faça, mas eu não consigo imaginar-me parando de dar sentença, publicar acórdão. Isso para mim é inconcebível. Talvez a minha formação, pois eu nunca vi meu pai fazer greve também.

Desembargadora Carmelita Brasil

○ senhor ainda é professor universitário ou depois que veio para Brasília abandonou o magistério?

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu comecei a dar aula muito novo, na Universidade Federal de lá [Universidade Federal do Espírito Santo]. Comecei com 26 anos, foi quando eu dei aula durante uns dez anos, depois eu deixei, porque eu comecei a achar que o nível na universidade estava ficando muito ruim e não entrava na minha cabeça... Eu dava aula de Direito de Família. Não entrava na minha cabeça que eu dava uma aula de uma hora e cinquenta e perguntava se alguém tinha dúvidas e ninguém tinha, ou os caras eram bons demais ou eu era ruim demais, pois não era possível, sim? Então eu parei. Quando eu vim para cá, dei aula por algum tempo na nossa Escola da Magistratura,¹⁹. Eu dei aula na OAB/DF, no CEUB (UniCEUB) e depois na FIPLAC. Mas depois eu parei porque eu disse assim: “Eu

só posso ser um magistrado que dá aula. Eu não posso ser um professor que está na magistratura”. E como o tempo começa a não dar, e também eu sempre fiz uma coisa, que eu acho que vocês também sempre fizeram: o meu dia de trabalho é de segunda a sábado. Sábado é dia normal de trabalho, eu trabalho em casa. Eu só não trabalho no domingo e só não trabalho à noite porque eu prometi à Vera que ela não seria viúva de marido vivo.

Desembargadora Carmelita Brasil

Prometeu e cumpriu? (risos)

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Cumprir. À noite fico sempre com ela, ainda que seja para ver novela sem ter a menor ideia do que esteja acontecendo, mas fico sentado com ela, porque eu acho que é uma solidariedade de quem está junto. Mas sempre trabalhei e começou a ficar para mim inconcebível que eu tivesse de parar de ver um processo porque tivesse que dar aula à noite. Nós que estávamos na vara, não sabíamos a hora em que sairíamos, então eu parei por isso. A minha ideia, (desembargadora) Carmelita e (desembargador) Antoninho, acho que já falei para você, é voltar para o Espírito Santo e voltar para dar aula. Eu gosto muito de dar aula. Eu já deixei alinhavado para voltar a dar aula de prática forense. Eu gosto muito disso. Acho que podemos contribuir muito com isso, não quero voltar para a sala de aula – sei que você (desembargadora Carmelita) já deu muita aula, você (desembargador Antoninho) também deu aula – para ter de corrigir prova, fazer chamada. Isso eu não quero não. Eu quero voltar para a sala de aula... isso eu já conversei um pouco, para cuidar de prática forense, aquilo que fazemos, prática forense de Área

¹⁹ Escola Superior da Magistratura da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios.

Cível. Quero voltar, pois é uma coisa que eu gosto muito e quero voltar para a advocacia também, gosto muito de advocacia também. Mas vamos voltar de maneira diferente, não vou viver daquilo mais, agora as minhas contas estão pagas no final do mês. Então, eu parei de dar aulas há algum tempo, mas a ideia é voltar, está encaminhado, tanto que Vera falou que estava preocupada porque eu me aposento em janeiro e a ideia é voltar a dar aula em fevereiro e estar com o escritório aberto já em fevereiro. Então, eu me aposento em janeiro para voltar em fevereiro. E Vera: “Você vai parar quando?” Eu falei: “Eu não sei”. (risos) Porque, Antoninho, eu não estou parando, eu estou voltando para perto de meu pai. Como – para estar perto de meu pai – eu não posso ser magistrado, então, eu vou voltar para perto dele fazendo aquilo que eu fazia. Eu tenho a história de meu pai que se repete muito. No final de vida, o meu pai começou a fazer aquilo que eu fiz. Ele aposentou-se na magistratura; foi ser deputado estadual; depois foi ser vereador e foi advogar. Na advocacia, ele foi procurador do município de Vitória, Espírito Santo, o que eu fui. Ele repetiu a mesma história por onde eu passei. Ele foi conselheiro da OAB-ES, o que eu fui. Então, nós tivemos uma história em que as coisas passam muito perto, muito junto. Eu estou voltando para quantificar junto, ficar perto por ali... E aí retomar essa história de sobrinhos, de netos, e de alma também que passa por isso aí. Eu tenho até hoje, em alguns lugares, aqui nós tivemos, o Flávio

Fernando,²⁰ [por exemplo,] foi meu aluno no Espírito Santo. Eu dei aula para Flávio Fernando. Eu tenho lá (no Espírito Santo) uns dois ou três desembargadores que foram meus alunos, porque eu comecei muito cedo... Eu dei aula para minha irmã, eu dei aula para minhas duas irmãs – minha irmã me deu trabalho, não queria nada com nada (risos). O que já me perguntaram sobre essa história, e o que mais me chamou atenção em dar aula (foi que) eu fiz o segundo científico com um rapaz, depois eu perdi o contato. Eu fiz o vestibular, passei, fiz faculdade, fui para o Rio de Janeiro, fiz mestrado na PUC no Rio, quando voltei do mestrado, entrei direto para dar aula e lá eu dei aula para ele, que havia sido reprovado. Eu dei aula na faculdade com 26, 27 anos para um rapaz que havia sido meu colega de científico. Então as coisas foram acontecendo muito depressa, muito rápido.

Desembargador Antoninho Lopes

E o mundo é pequeno.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Sim. Há algum tempo atrás – eu era juiz ainda – mandei um ofício para a TAM para que me informassem alguma coisa e quem me respondeu havia sido um colega de faculdade: “Ó, Luciano, sou eu quem estou aqui”, respondeu-me com um bilhetezinho.

20 Juiz Flávio Fernando Almeida da Fonseca ingressou na magistratura do Distrito Federal em 02/02/1996 – XXII Concurso para magistratura do DF.

Desembargador Antoninho Lopes

Bem, desembargadora Carmelita, quer extrair algo mais do nosso colega?

Desembargadora Carmelita Brasil

Não, está ótimo. Ele falou um tanto certo e muito bem.

Desembargador Antoninho Lopes

Ficou o ponto de vista. Eu sou suspeito porque nós somos quase irmãos...

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Primeiro tivemos uma história de “como vai meu ex-amigo” (risos). Depois nos reconciliamos. (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

A vida de aposentado é um pouco diferente. Mas está tudo bem.

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas é isso desembargador Luciano. Nós queremos deixar de maneira bem formal, embora esta conversa não tenha nada ligado ao formalismo, os nossos agradecimentos. Como hoje ocupando o cargo de Vice-Presidente – que é o responsável pela criação, manutenção e ampliação desta Memória do Tribunal – digo ao senhor que foi uma honra muito grande ouvi-lo hoje. Mais ainda, uma honra muito grande ter o senhor passando parte significativa de sua vida no Tribunal. Não temos dúvidas de que a sua judicatura está marcada indelevelmente no Tribunal. Nós e os jurisdicionados do Distrito Federal jamais o esqueceremos. Tomara que os seus sonhos, seus planos de recomeçar uma vida nova, sejam tão felizes e com tanto sucesso como foi a sua magistratura aqui no Distrito Federal.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu agradeço, mas confesso a vocês que, de vez em quando, ainda, eu penso assim: como será depois quando eu não tiver de corrigir voto? Como vai ser depois quando eu não tiver de ler o Diário Oficial para ver o que está acontecendo? Você [desembargador Antoninho Lopes] que vai ter de me dizer como é... (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

Eu não tenho, por enquanto, pelo menos, saudade do trabalho. Dos amigos, do dia-a-dia... Essa coisa toda faz muita falta. Mas do trabalho em si... [inaudível]

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Se Deus... eu falo isso com você também, Carmelita, nós conversamos muito, eu acredito profundamente em Deus, depois vamos conversar muito sobre isso, eu acredito profundamente em uma vida depois em várias circunstâncias. Só para terminar isso aqui também, quando eu fiz a magistratura não havia cota. Eu fiz sem nenhuma cota, eu não fiz nenhum exame.

Desembargadora Carmelita Brasil

É verdade.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

E eu nunca procurei na minha magistratura ficar em alguma circunstância que pudesse valorizar isso. Eu fui para Sobradinho, trabalhei muito lá, mas depois eu resolvi sair de Sobradinho, porque lá não havia elevador, eu tinha de

subir quarenta degraus e descer... E Luiz Cláudio,²¹ era o Presidente, era o segundo, o primeiro... A Vice-Presidência era só uma, não? Eu o procurei e falei: “Desembargador, eu não posso ficar mais lá (em Sobradinho). Eu não tenho como subir aquilo e descer”. Ele falou: “Luciano, eu sempre achei, mas você nunca me pediu para sair”. Eu falei: “Porque eu achava que não era certo, desembargador, eu não podia vir aqui. Mas agora eu não aguento mais”. Os advogados de Sobradinho me procuraram, o Lincoln, e outros me procuraram, porque eles queriam fazer um movimento para que eu não sáísse, queriam se cotizar para colocar um elevador. Eu falei: “Não, isso eu não quero, porque vai dar a impressão que vocês estão fazendo uma vara (de justiça) que é minha e eu não quero ser tratado de maneira diferente”. Eu nunca procurei ser tratado diferente, mas também eu tenho uma coisa para dizer: eu acho que nunca na minha vida, pessoal e profissional, eu nunca houve um caso – se vocês me perguntarem – de discriminação. Nada. Absolutamente nunca houve nada. Nunca houve nada que dissesse que eu fui discriminado por isso ou por aquilo, nunca. É por isso que eu acho que esse ambiente não sei se eu o teria no Espírito Santo. Também nunca houve (discriminação), nem como professor, nem nada. Só aquelas brincadeiras... Esse colega da faculdade para qual eu estou voltando, um dia ele quebrou o pé jogando bola e nós dois estávamos andando – trabalhá-

21 Luiz Cláudio de Almeida Abreu, desembargador entre 1982 e 1996, ano de sua aposentadoria. Eleito Vice-Presidente do TJDF para o biênio 1990/1992 e eleito Presidente do TJDF para o biênio 1992/1994.

vamos juntos – ele com as bengalas e eu com as muletas, daí passou um aluno, que era nosso amigo, e ele: “Aí, apostando corrida, hein?” (risos) Essas brincadeiras e tal, mas nunca houve nada não. Mas por isso que eu digo: eu gosto tanto do Tribunal, dessa forma sempre carinhosa e gentil de como me trataram, que eu realmente disse ao desembargador Antoninho, eu vou sentir falta, vou sentir falta das pessoas, tanto que Vera veio falando comigo e eu disse: “Nós vamos voltar com constância por lá”. Convidem que nós viremos. Isso é o que gosto muito e gosto muito de trabalhar também. A minha ideia... Eu se tivesse parando, eu não sei como seria a minha cabeça não, para parar e ficar à toa, não. Se Deus me der muitos anos de saúde, eu quero morrer trabalhando.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu quero, se Deus me der saúde, morrer tendo um infarto, trabalhar até o último dia, será um prêmio poder trabalhar. Eu gosto muito de trabalhar, o que mais gosto de fazer é trabalhar. A Vera se não me toma conta, eu trabalho o tempo todo. Eu gosto de trabalhar demais e não é para que ninguém diga que o trabalho está bem feito. É porque eu gosto de trabalhar, eu gosto de trabalhar. Eu tenho um prazer imenso quando uma coisa que parecia difícil, eu entendo, ainda que tenha entendido errado. Mas me dá um prazer imenso.

Desembargador Antoninho Lopes

Esse é um trabalho gratificante, vai resolvendo situações, colocando as coisas no lugar... [inaudível]

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu pensava muito, eu falava muito nisso. Eu sempre procurei colocar na minha magistratura essa minha convicção religiosa, desse sentimento de que estava procurando estabelecer verdades, sentimento de que não tenho ódio de quem quer que seja, nem dos advogados quando atacam. Eu costumo pensar que o sujeito quando fala mal de mim, a primeira coisa que eu tenho a obrigação de fazer é perguntar se ele não está certo. É a primeira coisa que eu tenho que me perguntar, pois de repente ele está [certo], de repente ele não está errado. Então, eu sempre tive essa ideia de que tinha isso. Eu sempre pensei muito uma coisa, sempre pensei o seguinte: eu procuro acertar, agora, se eu errar, é a história de vida minha e dele do erro ser entre nós dois. Deus escreveu que o erro era nosso mesmo, porque não é possível que eu acerte uma e erre com ele. Essa é uma história de vida de nós dois. Sempre procurei uma história de vida de nós dois. Alguma coisa que eu tenho de passar por ela. Alguma coisa que eu tenha de raciocinar porque eu tenho de passar por ela, porque Deus está dizendo para passar. Sempre trabalhei muito com essa ideia. Sempre quando eu começo a trabalhar, eu rezo, eu peço, eu quero acertar, procuro acertar, sempre foi essa a ideia, de que eu estou aqui para procurar. Eu não quero ser o mais sabido, mas quero ser pelo menos... Sempre procurei dar em algumas turmas mais complicadas, sempre onde eu passei o seguinte: eu quero ser aqui o elemento em que eu possa ser a harmonia, não quero ser desarmonia em lugar nenhum. Não abro mão das minhas convicções, mas eu não preciso gritar com ninguém por causa das minhas convicções, se eu ficar vencido, eu fico, se eu estiver errado.

Desembargador Antoninho Lopes

Tem de respeitar a decisão do colega... Sempre o admirei. Encerramos, então?

Desembargadora Carmelita Brasil

Encerramos.

Desembargador Antoninho Lopes

Nosso desembargador, meu amigo de fé.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Ora amigo, ora não amigo. (risos)

Desembargador Antoninho Lopes

Ora amigo, ora não amigo. (risos) Não, não sou mais amigo!

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

É. Eu fico bravo com ele, agora não sou mais amigo não! Mas um minuto depois nos reconciliamos. (risos)

Desembargadora Carmelita Brasil

Mas foi ótimo desembargador, muito obrigada.

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

Eu quem agradeço, desembargadora Carmelita.

◀fim▶

DATA DA ENTREVISTA

22/08/2014

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADO

Desembargador Luciano Moreira Vasconcellos

ENTREVISTADORES

Desembargadora Carmelita Brasil

Desembargador Antoninho Lopes

TRANSCRIÇÃO

Verônica dos Santos Teles de Gois Garcia – SERAMI

Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

REVISÃO

Patrícia Rodrigues de Sousa – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

DESEMBARGADOR LUCIANO
MOREIRA VASCONCELLOS

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT